

## **CONSTITUINDO GÊNEROS: SOBRE MASCULINIDADES E FEMINILIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**José Valdir Jesus de Santana**

Doutor em Antropologia Social

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**Nakson Willian Silva Oliveira**

Graduado em Pedagogia

### **Resumo**

Nesta pesquisa, de caráter bibliográfico, pretendemos, mesmo que de forma limitada, apresentar o estado da arte em torno de pesquisas que têm sido desenvolvidas na interface entre educação, gênero e sexualidade, especialmente as que têm sido realizadas junto às crianças da educação infantil, por pesquisadores(as) como Felipe e Guizzo (2004), Bicalho (2013), Bujes (2000), Finco (2012), Sabat (2013), dentre outros(as). Quando refletimos, nesse trabalho, que os gêneros são construídos na história e pela cultura, queremos chamamos atenção para o fato de que não existe apenas um modo de viver a masculinidade e a feminilidade e, nesse sentido, a necessidade do entendimento e da problematização em relação à educação, gênero e sexualidade é de extrema importância, desde a educação infantil.

Palavras Chave: Crianças; educação infantil; feminilidades; masculinidades

### **Introdução**

Nesta pesquisa buscou-se refletir acerca da relação entre educação, gênero e sexualidade e seus desdobramentos para a compreensão das relações de gênero na educação infantil. Ademais, pretendeu-se analisar as relações de gênero na educação infantil e os mecanismos acionados na constituição de meninas e meninos heteronormatizados e identificar como estes mecanismos têm sido utilizados na produção de masculinidades e feminilidades heteronormatizadas neste nível da educação básica. Cabe ressaltar que este trabalho é fruto de pesquisas que têm sido desenvolvidas no Núcleo de Pesquisa e Extensão Gestão em Educação e Estudos Transdisciplinares – NUGEET, coordenado pela professora Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima de Andrade Ferreira.

Nas últimas décadas, diversas áreas do conhecimento, a exemplo da Psicologia e Pedagogia, diferentes pesquisas têm sido realizadas sobre infância e criança nos espaços de escolarização. Estas pesquisas, de modo geral, e em especial àquelas que tratam de crianças na educação infantil (zero a 5 anos) abordam temáticas na maioria dos casos ligadas ao desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo das crianças, às rotinas e os espaços a que são submetidas nas instituições educativas como

creches e pré-escolas, bem como às questões que envolvem políticas públicas, propostas pedagógicas e curriculares para essa faixa etária. Entretanto, ainda pouco são os estudos que tratam da construção das identidades de gênero, das identidades sexuais (FELIPE e GUIZZO, 2004) e dos processos que, a todo momento, estão voltados à produção de feminilidades e masculinidades na infância, atravessados, portanto, por uma concepção heteronormativa, androcêntrica, que, no limite, pretendem construir sexualidades e identidades normalizadoras e hegemônicas.

### **Fundamentação teórica**

Dall’Alba (2008, p.46), salienta que trazer à tona os discursos sobre corpo, gênero e sexualidade, na maior parte dos casos, envolve lidar com uma rede de discursos moralizantes e disciplinadores que fazem parte da prática pedagógica desde a Educação Infantil, quando as crianças vão sendo paulatinamente socializadas.

Consideradas como fundamentais espaços de convivência, as instituições escolares têm desempenhando um papel de destaque no que diz respeito à produção e reprodução das expectativas em torno das identidades sexuais e de gêneros. A partir das mais variadas formas, as relações de poder entre mulheres e homens, meninos e meninas atravessam a escola, seja por meio da insistência na vigilância que é feita à sexualidade infantil, das piadas de cunho racista ou sexista, da tentativa de normalização dos comportamentos considerados não condizentes com as expectativas que são instituídas a cada gênero, da distribuição das tarefas e dos espaços (FELIPE, 2007).

Refletindo acerca do corpo, do gênero e da sexualidade nas práticas escolares, Meyer e Soares (2013, p. 7) afirmam que “ao focalizar a mente, a educação escolar tem funcionado, ao mesmo tempo, como uma das instâncias autorizadas, em nossa cultura, a educar e, portanto, a produzir o corpo tal como ele deve ser”. Do mesmo modo, Louro (2000) afirma que a história da educação tem mostrado que a preocupação com o corpo sempre foi central no engendramento dos processos, das estratégias e das práticas pedagógicas. Historicamente, o disciplinamento dos corpos acompanhou o disciplinamento das mentes. Os processos de escolarização, desde sempre, estiveram ativos na vigilância, no controle, na moldagem, na correção, e na construção dos corpos humanos.

Louro (2012, p. 67), ao tratar da construção escolar das diferenças, afirma que a escola se constitui como um espaço produtor de diferenças e que, através de diversos investimentos e estratégias, ela atua na produção de determinados sujeitos, sexualidades e identidades hegemônicas. Com isso, a educação, e em especial, a educação escolar, tem se tornado o lugar de produção de

"corpos educados" (LOURO, 2001), e, nesse sentido, na escola, passa-se por um aprendizado que coloca cada um em seu lugar, que é determinado pelas normas de gênero hegemônicas. "Aí aprende-se não apenas uma posição na escala social, sua raça, mas, sobretudo, seu gênero" (MISKOLCI, 2005, p. 14).

Na perspectiva de Louro (2012, p. 65), "a escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o lugar dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas". Além disso, gestos, movimentos e sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporado por meninos e meninas (mas também por seus professores e professoras) tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; aprende-se a preferir. Nesse movimento, a escola, através de tudo o que ela possibilita, atua na produção de corpos educados e de sexualidades desejáveis.

No contexto social, a escola tem se apresentado como um instrumento com grande importância na normalização e disciplinamento da heterossexualidade e dos rígidos padrões definidores dos gêneros masculino e feminino em nossa cultura (FURLANI, 2005). Felipe e Guizzo (2013) salientam que a escola, de modo geral, tem sido um espaço que não disponibiliza outras formas de masculinidade e feminilidade, estando preocupada apenas em estabelecer e reafirmar aquelas já consagradas como sendo a referência e, dessa forma, tudo o que se distanciar dela poderá ser interpretado como desviante e anormal.

Miskolci (2005) ressalta que a escola é um dos locais privilegiados para que meninos aprendam a ser masculinos e meninas aprendam a ser femininas. Quase que de forma reiterada, em muitos espaços da sociedade, na família e na escola padrões e comportamentos que recaem sobre a masculinidade e a feminilidade são apresentados como sendo "naturais". Contudo, segundo Miskolci (2005), se a masculinidade e a feminilidade fossem "dados" pela natureza, a escola não estaria, a todo tempo, investindo na produção de meninos e meninas, portanto de masculinidades e feminilidades. Nisso, segundo Miskolci (2005, p. 14) "a prova de que os gêneros masculino e feminino são construções sociais está na própria escola, que já chegou a separar meninos e meninas em salas distintas, contribuindo para fabricar sujeitos diferentes". A escola tem sido, nesse sentido, e desde a educação infantil, um espaço onde a sexualidade é construída, educada, vigiada, normatizada e, assim, a escola está "engajada em desenvolver determinados tipos de identidades consideradas como as mais adequadas para meninos e meninas" (FELIPE e GUIZZO, 2004, p. 35).

## **Resultados e Discussão**

Bicalho (2013, p. 47) afirma que “os brinquedos estão carregados de significados que são estruturados de acordo com a cultura contemporânea”. Os brinquedos, nos espaços de educação infantil, servem às normas de gênero. Tanto é verdade, que as salas de aula de educação infantil estão organizadas de modo a terem espaços com brinquedos considerados de meninas e brinquedos considerados de meninos. Um menino que queria e transgrida a essa norma, querendo brincar com boneca, por exemplo, é logo vigiado pelos professores.

Bujes (2000) ao discutir a pedagogia e o currículo na educação infantil, ressalta que há “investimentos da sociedade em geral para que os sujeitos sejam ou se comportem desta ou daquela forma, que gostem de determinadas coisas em função do seu sexo”. Daí os esforços que professores e demais funcionários da escola empreendem, no sentido de controlar os comportamentos e ações dos estudantes, seja por meio de escolhas das brincadeiras, dos brinquedos, jogos, da caracterização que é feita a determinados objetos e das funções e espaços considerando como masculino ou feminino.

Jocimar Daolio (1995) ao tratar do corpo infantil, apresenta um bom exemplo do como ocorrem certos processos de “naturalizações” e do como nosso corpo é treinada por ser de menino ou de menina.

Podemos pensar no fato de os meninos brasileiros, como se diz correntemente, “nascerem sabendo jogar futebol”. De forma contrária, ainda segundo o senso comum, podemos dizer que as meninas brasileiras, além de não nascerem sabendo, nunca conseguem aprender a jogar futebol. Ora, o primeiro brinquedo que o menino ganha é uma bola. Como se não bastasse o estímulo do material, há todo um reforço social incentivando-o aos primeiros chutes, ao contrário da menina, que, afora não ser estimulada, é proibida de brincar usando os pés. As aptidões motoras também fazem parte do processo de transmissão cultural (p.40)

É muito comum ouvir dos profissionais que atuam na educação infantil a afirmação de que não faria sentido discutir as questões relacionadas à educação, gênero e sexualidade, uma vez que as crianças não se encontram preparadas para essas questões, na medida em que ainda são muito ingênuas e que, portanto, falar sobre questões envolvendo gênero e sexualidade é incentivar, precocemente, as crianças na vivência de suas sexualidades. “É como se na sala de aula entrassem corpos que não tem desejos” (LOPES, 2010, p.126). A escola, de forma contraditória, busca negar, a todo tempo, que crianças não possuem desejos, erótica, afetos; por outro lado, há todo um investimento na produção de meninos e meninas, por parte de seus professores, que se revelam em práticas e estratégias de organização do dia a dia, caracterizadas por uma intencionalidade pedagógica, na forma de uma organização institucional que tem no sexo um critério para a organização e o uso dos tempos e dos espaços (FINCO, 2011)

Daniela Finco (2012) tem realizado pesquisas interessantes sobre crianças que nos espaços de educação infantil transgridem às normas de gênero. Em uma dessas pesquisas, ela apresenta reflexões sobre a construção da identidade de gênero na infância e analisa as interações entre professoras e crianças especialmente, com as que transgridem os padrões de gênero, e por isso se tornam “vigiadas” e sobre elas recaem tentativas de disciplinarização dos corpos, no sentido de recolocá-las nas normas e padrões da heteronormatividade. Com isso, as crianças que transgridem as fronteiras do gênero são abordadas na forma de um caso, ou seja, um problema que é construído tanto do ponto de vista da produtividade, do poder, quanto do saber (FINCO, 2011). Portanto, todos esses comportamentos e preferências, segundo Finco e Oliveira (2011) são aprendidos pelas crianças desde as idades mais precoces, quando aprendem, desde pequenas, a diferenciar os atributos ditos femininos e masculinos, aprendem o uso das cores, dos brinquedos diferenciados para cada sexo, aprendem a diferenciar os papéis atribuídos a mulheres e homens.

Muitas das rotinas das escolas de educação infantil, por todo o país, como apontam diferentes pesquisas, atuam no sentido de construir meninos e meninas heteronormatizados e masculinidades e feminilidades hegemônicas. Essas normas estão presentes, por exemplo, nos momentos em que professores e professoras organizam as filas com meninas e meninos em lados opostos quando precisam ir ao banheiro, quando cantam o hino nacional, no pátio, ou até mesmo quando devem pegar o lanche ou os cadernos. Do mesmo modo, é muito comum entre as professoras (mas não somente elas) os distintos investimentos que se dão através de gestos, falas, atitudes de “correção” que se voltam a produzir meninos e meninas, masculinidades e feminilidades, que se atualizam no “isso não é coisa de menino” ou “isso não é coisa de menina”. Segundo Miskolci (2005, p. 14), todos as vezes em que na instituição escolar meninos e meninas são separados em grupos opostos, se atualiza “reprodução da divisão tradicional dos gêneros e, principalmente, [...] a manutenção dos privilégios dos homens e da subordinação das mulheres”.

Felipe e Guizzo (2013), em pesquisa realizada em Porto Alegre, em duas escolas de educação infantil, apresenta uma diversidade de situações em que algumas professoras, mesmo de forma não intencional, reproduzem as desigualdades de gênero existentes na sociedade, ao mesmo tempo em que investem na produção de meninos e meninas. Ademais, para Felipe e Guizzo (2013) o pouco conhecimento que professores e professoras têm em relação às temáticas de gênero e sexualidade faz com que estes “continuam ensinando, mesmo que “discretamente”, modos de ser e de se comportar de maneira diferenciada e desigual para meninos e meninas” (2013, p.39). Como

nos lembra Finco (2012) o modo pelo qual estão sendo educados e educadas pode contribuir para tornarem-se mais completos ou, por outro lado, para limitar suas iniciativas e suas aspirações.

## **Conclusão**

Quando refletimos, nesse trabalho, que os gêneros são construídos na história e pela cultura, queremos chamar atenção para o fato de que não existe apenas um modo de viver a masculinidade e a feminilidade e, nesse sentido, a necessidade do entendimento e da problematização em relação à educação, gênero e sexualidade é de extrema importância, desde a educação infantil.

As discussões sobre as questões de gênero na educação infantil devem se traduzir na possibilidade de uma educação mais igualitária, que respeite a criança na construção de sua identidade, e que favoreça, desde as primeiras relações, a constituição de pessoas sem práticas sexistas. Entretanto, para isso, demanda a incorporação de práticas educativas que introduzam conscientemente, como estratégia de socialização, a meta de igualdade de gênero, pois o sexismo afeta o desenvolvimento de meninos e meninas, inibindo muitas manifestações na infância e impedindo que se tornem seres completos. Sabath (2013), ao tratar das práticas educativas exercidas por professores e professoras, afirma que, criar condições para que discussões desse tipo façam parte do cotidiano escolar significa, portanto, aumentar as possibilidades de educar sujeitos para uma sociedade na qual as diferenças sejam vistas com respeito e não como um “caso” a ser resolvido.

## **Referências Bibliográficas**

BICALHO, Cardoso. Brincadeiras infantis e suas implicações na construção de identidades de gênero. **Revista Médica de Minas Gerais**. Minas Gerais, v.23, n.2, p. 41-49. 2013. Disponível em: <<http://www.dx.doi.org/10.5935/2238-3182.20130007>>. Acesso em: 3 de abril de 2016.

BUJES, Maria. Constituindo diferenças: uma discussão sobre a pedagogia e o currículo na educação infantil. In SILVA, Heron da Silva. **Século XXI: Qual conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DALL'ALBA, Lucena. **Sexualidade: narrativas autobiográficas de educadores/as**. Defesa em Agosto de 2008. 199f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. Campinas: Papyrus, 1995.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca. Entre batons, esmaltes e fantasias. In: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca. Entre batons, esmaltes e fantasias. In: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. **Revista Pro-Posições**, v. 18, n. 2, maio-ago, 2007. Disponível em: <<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/53-dossie-felipej.pdf>>. Acesso em: 5 de março de 2016.

FINCO, Daniela. Homossexualidade e educação infantil: bases para a discussão da heterossexualização na infância. **Revista Gênero**, v.12, n.2, p. 4763, 2012. Acesso:15/05/2014. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/414>>. Acesso em: 24 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. Educação infantil e gênero: meninas e meninos como interlocutores nas pesquisas. In: FILHO, Altino; PRADO, Patrícia (Orgs.). **Das pesquisas com crianças à complexidade da infância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FURLANI, Jimena. Políticas identitárias na educação sexual. In: GROSSI, Miriam Pillar [et all.]. **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

LOPES, Luiz Paulo Moita. Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Lisboa: Porto Editora, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela (Orgs.) **Corpo, gênero e sexualidade nas práticas escolares: um início de reflexão**. **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2013.

MISKOLCI, Richard. Um corpo estranho na sala de aula. In: ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter (Orgs.). **Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeçada diversidade na escola**. Campinas, SP: Papyrus,2005.

SABAT, Ruth. Só as bem quietinhas vão casar. In: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela (Orgs.) **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2013.